

<b>Resultado Financeiro</b>	<b>31/12/2021</b>	<b>31/12/2020</b>	<b>Var. %</b>
Incremento de aplicações financeiras	7.570	867	773%
Ativos	243	6	3950%
Contas obtidos	202	19	963%
Despesa financeira – AVP	8.314	-	-
das receitas financeiras	49	-	-
<b>das receitas financeiras</b>	<b>16.378</b>	<b>892</b>	<b>1736%</b>
Cofins sobre receitas financeiras	(375)	(42)	793%
Despesas financeiras	(717)	(2.511)	-71%
Despesas sobre debêntures	(19.439)	-	-
Despesas de transação	(1.597)	-	-
Despesa financeira – AVP	(1.456)	-	-
Despesas financeiras	(8.323)	-	-
Despesas sobre empréstimos	(711)	-	-
<b>das despesas financeiras</b>	<b>(32.618)</b>	<b>(2.553)</b>	<b>1178%</b>
<b>Resultado financeiro líquido</b>	<b>(16.240)</b>	<b>(1.661)</b>	<b>878%</b>
Resultado financeiro em 31 de dezembro de 2021, no valor de R\$ 16,2 milhões negativo no total, deve-se essencialmente aos juros incorridos dos financiamentos de longo prazo e das despesas deduzidos dos rendimentos das aplicações financeiras.			
<b>REDA</b>	<b>31/12/2021</b>	<b>31/12/2020</b>	
do Inquilino/ (Prejuízo) do exercício	3.961	(11.455)	
do Inquilino e contribuição social - diferidos	1.948	(5.901)	
<b>Resultado financeiro</b>	<b>16.240</b>	<b>1.661</b>	
Provisão para manutenção	106	-	
Despesas com amortizações	18.068	240	

40.343	(15.455)
<p>calculos de acordo com a Instrução CMN 527/12. O EBITDA é calculado por: lucro líquido ajustado pelo resultado financeiro líquido, pela despesa de imposto de renda e contribuição social, pelas despesas e despesas de depreciação e amortização. <b>Agradecimentos:</b> Administração da Concessionária de Rodovias MS 306 S.A. registra seu agradecimento ao Governo do Mato Grosso do Sul, através da Secretaria de Estado de Infraestrutura - INFRA, a AGEMS - Agência Estadual de Regulação de Serviços Públicos do Mato Grosso do Sul, às instituições financeiras que apoiaram o programa de investimento, em especial os bancos de fomento, e a todos os colaboradores que possibilitaram a realização do projeto. Registramos agradecimento especial aos Usuários da Rodovia e, principalmente aos nossos colaboradores pelo esforço, dedicação e comprometimento na consolidação dos objetivos da Companhia. <b>À Administração</b></p>	

1. Contexto operacional: A Concessionária de Rodovia MS 306 S.A. dada pela administração: Os custos de desmontagem e de restauração simples em Banco de primeira linha com prazo determinado de duração eletrônicos, ou seja, toda forma de arrecadação que não seja papel. Em	Outras contas a pagar	5.341	464
Despesas de indenização por danos materiais e financeiros	(1.241)		

	Pagamento de juros de empréstimos e financiamento	(16.445)	
	Pagamento de juros de debêntures	(16.444)	
	<b>Caixa líquido oriundo das atividades operacionais</b>	<b>62.799</b>	<b>(7.090)</b>
	<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>		
	Aquisições de itens do ativo imobilizado	(4.631)	(4.632)
	Adições ao intangível	(146.616)	(176.428)
	<b>Caixa líquido oriundo das atividades de investimento</b>	<b>(151.247)</b>	<b>(181.060)</b>
	<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>		
	Captação de empréstimos e financiamento	-	90.000
	Captações de debêntures	290.475	-
	Integralização de capital social	-	146.010
	Pagamento de principal de empréstimos e financiamento	(90.000)	-
	<b>Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento</b>	<b>200.475</b>	<b>236.010</b>
	<b>Aumento líquido (redução) de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>112.027</b>	<b>47.860</b>
	Caixa e equivalentes de caixa no início do período	47.860	-
	Caixa e equivalentes de caixa no final do período	159.887	47.860
	<b>Aumento líquido (redução) de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>112.027</b>	<b>47.860</b>
31/12/2021	As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.		
	<b>Demonstrações do valor adicionado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 - (Em milhares de reais)</b>	<b>2021</b>	<b>2020</b>
	<b>Receitas</b>		
	Prestação de serviços	73.762	-
	Receita dos serviços de construção	142.616	60.837
	Outras receitas	(52)	2
31/12/2020		216.326	60.839
	<b>Insumos adquiridos de terceiros</b>		
	Custos dos serviços prestados	(12.584)	(11.885)
	Custos dos serviços de construção	(142.616)	(60.837)
	Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(4.549)	(1.954)
	Outros	(1)	-
31/12/2020		(156.750)	(73.796)
	<b>Depreciação e amortizações</b>	<b>56.572</b>	<b>(13.137)</b>
	<b>Valor adicionado líquido produzido</b>	<b>(18.985)</b>	<b>(24.1)</b>
	<b>Valor adicionado recebido em transferência</b>	<b>38.488</b>	<b>(13.378)</b>
	<b>Receitas financeiras</b>	<b>16.005</b>	<b>891</b>
		16.005	891
101.774		54.493	(12.487)
	<b>Valor adicionado total a distribuir</b>	<b>54.493</b>	<b>(12.487)</b>
	<b>Distribuição do valor adicionado</b>		
	<b>Pessoal e encargos</b>		
	Remuneração direta	5.784	1.164
	Benefícios	1.730	269
	FGTS	396	79
31/12/2020		7.910	1.512
	<b>Impostos, taxas e contribuições</b>		
	Federais (incluindo IOF)	6.026	(5.592)
	Estaduais	45	15
	Municipais	3.689	-
339.593		9.760	(5.577)
	<b>Remuneração de capitais de terceiros</b>		
	Juros	32.244	2.511
	Aluguéis	618	522
	<b>Remuneração de capitais próprios</b>	<b>3.961</b>	<b>(11.455)</b>
	<b>Resultado líquido do período</b>	<b>54.493</b>	<b>(12.487)</b>
31/12/2020	As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.		
	<b>Abertura dos pagamentos das debêntures classificados no não circulante:</b>	<b>2021</b>	<b>2020</b>
	<b>Ano de vencimento</b>		
	2026	-	11.450
	2027	-	13.995
	2028	-	10.337
	2029	-	9.964
	2030 a 2035	-	276.320
	<b>Total</b>	<b>3.961</b>	<b>318.066</b>
	<b>Movimentação das debêntures:</b>		

		2021	2020	
Saldo Inicial				
48	5.901	Captação	315.000	
48	5.901	Atualização juros	44.991	
1%	3.401	Pagamento de juros	(16.443)	
a acordo com o		Custo de transação	(24.525)	
emissão e registro		Saldo final	319.023	
Técnico				
		<b>Débitos sujeitos às garantidas pela Alienação Fiduciária das Ações da Companhia e cessão Fiduciária de Direitos Creditórios.</b> A emissão das debêntures tem cláusulas de vencimento antecipado conforme previsto na escritura: "§1 Observado o disposto nas Cláusulas 5.2 e 5.7 abaixo, o Agente Fiduciário poderá declarar a ocorrência de qualquer uma das situações decorrentes dos Débitos e exigir o imediato pagamento da Emissão do valor previsto na Cláusula 5.7 abaixo, e dos Encargos Moratórios e multas, se houver, incidentes à data do seu efetivo pagamento, sem prejuízo ainda da busca de indenização por danos e danos excluídos quaisquer danos materiais, danos à imagem e danos morais e danos de qualquer natureza, inclusive os decorrentes de quaisquer atos ilícitos praticados integralmente ou eventual dano causado pelo inadimplemento da Emissora, na ocorrência de quaisquer das situações previstas nesta Cláusula, respeitados os respectivos prazos de cura (cada um desses Evento de Vencimento antecipado) em §1.1 Observados os eventuais prazos de cura aplicáveis, a ocorrência de quaisquer dos eventos indicados nesta Cláusula acarretará o vencimento antecipado automático das Debêntures, independentemente de qualquer aviso extrajudicial, interpelação judicial, Evento de Vencimento Antecipado Automático não adimplimento, pela Emissora, de qualquer obrigação prevista no principal ou acesso de decorente desta Escritura de Emissão e/ou dos Contratos de Garantia, não sanada (i) dentro do prazo de 2 (dois) Dias Úteis contados da data do inadimplemento, em relação às obrigações pecuniárias decorrentes desta Escritura de Emissão; e (ii) dentro do prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contados da data do inadimplemento, em relação às demais obrigações pecuniárias decorrentes desta Cláusula de Garantia, sendo que os prazos previstos neste inciso não se aplicam às obrigações para as quais tenha sido estipulado prazo de cura específico; (j) decretação de falência da Emissora; (iii) pedido de autotutela pela Emissora; (iv) pedido de falência da Emissora, formulado por terceiros, nos termos do artigo 4º, parágrafo 1º, do Código de Processo Civil, ou da declaração extrajudicial de inadimplemento, independente de requerimento do respectivo pedido; ou (v) liquidação, dissolução ou extinção da Emissora; declaração de vencimento antecipado de qualquer dívida financeira e/ou obrigação financeira (local ou internacional) no mercado de capitais local superior a R\$ 3.000.000,00 (treze milhões de reais), valor este a ser devidamente corrigido pelo IPCA a partir da Data da Emissão até a declaração de vencimento antecipado de que trata esta alínea; questionamento judicial desta Escritura de Emissão e/ou dos Contratos de Garantia pela Comissão de Intercâmbio Financeiro, ou por qualquer outra parte, de tais documentos; nulidade, cancelamento, revogação ou declaração judicial de invalidade ou ineffectia total ou parcial desta Escritura de Emissão e/ou dos Contratos de Garantias; e aplicação dos recursos oriundos da Emissão, pela Emissora, em destinação diferente daquela prevista no presente instrumento." Se ocorrerem §5.1.2 Na ocorrência de quaisquer dos eventos indicados neste Item 5.1.2 não sanados no prazo de cura eventualmente aplicável, o Agente Fiduciário deverá tomar as providências Evento de Vencimento Antecipado nos itens 5.2 e 5.7 seguintes abaixo (cada um, um "Evento de Vencimento Antecipado") imediatamente após a ocorrência de cada um dos eventos, e fazer qualquer pagamento aos seus acionistas de dividendos, incluindo dividendos a título de antecipação e/ou rendimentos sob a forma de juros sobre capital próprio (j) após ter sido notificada pelo Agente Fiduciário como relação ao inadimplemento de qualquer obrigação oriunda da presente Escritura de Emissão e/ou dos Contratos de Garantia, desde que ocorra entre a data em que for apurado o descumprimento do Índice Mínimo do ICSD, ainda que tal descumprimento tenha sido curado por meio de um ou mais aportes de acionistas, nos termos da Cláusula 5.1.2(b)(iii) abaixo, e a data em que a Emissora volte a observar o Índice Mínimo do ICSD, ou (ii) até a data em que for apurado o descumprimento do Índice Financeiro, nos termos da Cláusula 5.1.2(a) abaixo, e a data		
Saldo Passivo				
8				
8				
11				
de Costa				
da rodovia				
12/12/2021				
Resultado				
-				
12/12/2020				
Resultado				
-				
2020, e de RS				

<b>Saldo em 31/12/2020</b>		em que Emissora votou a observar os Índices Financeiros; g) redução de capital da Emissora, exceto nas hipóteses de redução de capital social para compensação com prejuízos acumulados; c) alteração do objeto social da Emissora, exceto se tal alteração for determinada pelo Poder Concendente, nos estritos termos da deliberação, devendo, neste caso, informar o Agente Fiduciário sobre referida determinação, em até 1 (um) Dia Útil, contado do recebimento de notificação nesse sentido do Poder Concendente; d) se proferida decisão judicial final ou sentença arbitral irrecorribil, não passíveis de recurso com efeito suspensivo, ou cujo recurso não tenha efeito suspensivo; e) se a Emissora não tiver sido informada que impõe à Emissora obrigação de pagamento em valor, individual ou agregado, equivalente a R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais), corrigido pelo IPCA a partir da Data de Emissão até a declaração de vencimento antecipado, e que possa colocar em risco o cumprimento de obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão; e) não renovação, cancelamento, revogação ou suspensão das autorizações, concessões, subvenções, alvarás ou licenças, inclusive as ambientais que sejam indispensáveis para o regular exercício das atividades desenvolvidas pela Emissora que (i) lacrarem no envio, pelo Poder Concendente, de notificação formal informando a Emissora acerca da instauração de procedimento administrativo visando à rescisão, término, término antecipado, perda, intervenção, encampação, caducidade ou anulação do Contrato de Concessão, ou (ii) afete de forma significativa o regular exercício das 34 atividades desenvolvidas pela Emissora, exceto se, dentro do prazo de 30 (trinta) dias, ou prazo maior caso concedido pelo respectivo órgão, a partir da data de tal não renovação, cancelamento, revogação ou suspensão, a Emissora renove ou obtenha as referidas autorizações, concessões, subvenções, alvarás ou licenças; f) a Emissora ou as Intervententes Acionistas, transfiram ou por qualquer forma cedam ou prometam ceder a terceiros os direitos e obrigações assumidos nos termos desta Escritura de Emissão e/ou dos Contratos de Garantia, conforme aplicável, sem a prévia anuência dos Debituristas reunidos em Assembleia Geral de Debituristas; g) a Emissora realize a alienação, cessão, doação, contribuição ao capital social ou a transferência, por qualquer meio, de bens, ativos ou direitos integrantes do ativo não circulante de sua propriedade que possa(m) levar ao descumprimento de obrigações
	(1.119)	
<b>91.039</b>		
<b>31/12/2020</b>		
	91.039	
<b>91.039</b>		
<b>31/12/2020</b>		
	90.000	
	2.158	
	(1.119)	
<b>91.039</b>		
totalidade de		
<b>Saldo em 31/12/2020</b>		
	-	
	-	
	-	
	-	



previamente Escritura de Emissão, exceto quando se tratar: (i) de bens inservíveis ou obsoletos; (ii) de bens que sejam substituídos por novos de identidade finalidade; (iii) de prestação de garantia real em virtude de determinação legal, para garantia do juízo em caso de ações judiciais e/ou processos administrativos, em que a Emissora figure no polo passivo; e/ou (iv) de propriedade fiduciária constituída em garantia a financiamentos para aquisição de equipamentos junto aos próprios fornecedores ou aos respectivos financiadores; h) expropriação, confisco ou qualquer outra medida expropriatória de qualquer entidade governamental brasileira que resulte na capacidade da Emissora de gerir seus negócios ou que resulte na perda da propriedade ou posse direta de seus bens ou ativos; i) se proferida decisão judicial final ou sentença arbitral irrecorível, não passíveis de recurso com efeito suspensivo, ou cujo recurso com efeito suspensivo não tenha sido interposto no prazo legal, que imponha arresto, sequestro ou penhora de bens da Emissora que (i) resulte na incapacidade da Emissora de gerir seus negócios ou (ii) que afete de forma adversa a capacidade de pagamento, pela Emissora, de suas obrigações relativas à presente Escritura de Emissão; j) cisão, fusão ou, ainda, incorporação da Emissora, ou qualquer outra forma de reorganização societária, sem a prévia anuência dos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas, exceto as hipóteses de (i) cessão onerosa, em favor de Bandeirantes, Senpar Ltda., TORC, TCL e VFL Holding de Participações Imobiliárias Ltda. (CNPJ/ME 15.759.748/0001-40), de usufruto do direito de voto nas deliberações sociais da Emissora (usufruto político); k) a ocorrência de alteração na composição societária da Emissora que resulte na transferência a terceiros do seu controle acionário, sem prévia e expressa aprovação dos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas, restando desde já 35 autorizações (i) as hipóteses de transferência entre os acionistas controladores, diretos e indiretos, da Emissora ou entre Companhias do grupo econômico de cada acionista controlador, bem como (ii) a transferência de até 6% (seis por cento) das ações atualmente emitidas pela Elo4 Administração e Participações S.A. para a Companhia VFL Holding de Participações Imobiliárias Ltda. CNPJ/ME 15.759.748/0001-40. Entende o conceito decorrente do artigo 116 da Lei das Companhias por Ações. i) celebração de mútuos pela Emissora, na qualidade de mutuante, a partir da Data de Emissão, sem o consentimento prévio dos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas; m) constituição, pela Emissora, de qualquer novo financiamento ou empréstimo com instituição fiduciária, bem como endividamento decorrente da emissão de valores mobiliários, exceto financiamentos ou empréstimos cujo montante seja, de forma individual ou agregada, igual ou inferior a 5% (cinco por cento) da receita bruta de pedágio anual da Emissora (verificada por meio de suas demonstrações contábeis auditadas do exercício anterior), excluída a dívida decorrente desta Emissão; n) não cumprimento pela Emissora e/ou pelas Interventientes Acionistas das normas aplicáveis que versam sobre atos de corrupção e atos lesivos contra a administração pública, na forma das Leis Anticorrupção (conforme definido abaixo); o) perda definitiva, extinção, ou término antecipado da concessão objeto do Contrato de Concessão, por qualquer motivo, inclusive por encampação, caducidade ou anulação; p) inadimplemento, pela Emissora e/ou pelas Interventientes Acionistas, de qualquer obrigação não pecuniária prevista na presente Escritura de Emissão e/ou nos Contratos de Garantia, não sanada no prazo de 15 (quinze) dias contados da data do inadimplemento, sendo que o prazo previsto neste inciso não se aplica às obrigações para as quais tenha sido estipulado prazo de cura específico; q) se a Emissora (i) sofrer quaisquer protestos de títulos cujo valor individual ou agregado seja superior a (i) R\$ 8.000.000,00 (oito milhões de reais) até 31 de dezembro de 2025, ou (ii) R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais) após 31 de dezembro de 2025, valores estes a serem devidamente corrigidos pelo IPCA desde a Data de Emissão até o respectivo protesto, e que não sejam sanados, declarados ilegítimos ou comprovados como tendo sido indevidamente efetuados, no prazo de 10 (dez) Dias Úteis contados da data em que a Emissora tiver ciência da respectiva ocorrência, ou (ii) for negatived em quaisquer cadastros dos órgãos de proteção ao crédito, como SPC e SERASA, Cadastro de Emitentes de Cheques sem Fundo - CCF ou Sistema de Informações de Crédito do Banco Central; r) proferimento de decisão judicial, administrativa ou arbitral, irrecorível de natureza condenatória, contra a Emissora, que inviabilize a Concessão; s) cessação, interrupção, abandono e/ou paralisação, de forma total ou parcial, da Concessão ou de qualquer atividade necessário à implementação ou operação da Concessão, por prazo igual ou superior a 30 (trinta) dias corridos e, se parcial, desde que afete de forma adversa a capacidade de pagamento, pela Emissora, de suas obrigações relativas à presente Escritura de Emissão; t) comprovada, inconsistência, incorreção material, insuficiência material ou descumprimento de quaisquer das informações, declarações ou garantias prestadas pela Emissora e/ou pelas Interventientes Acionistas nesta Escritura de Emissão ou nos Contratos de Garantia, e que afete de forma adversa e significativa a capacidade de pagamento, pela Emissora, de suas obrigações relativas à presente Escritura de Emissão, ou comprovada inveracidade de quaisquer das informações, declarações ou garantias prestadas pela Emissora e/ou pelas Interventientes Acionistas nesta Escritura de Emissão ou nos Contratos de Garantia; u) se as Garantias Reais se tornarem comprovadamente totais ou parcialmente ineficazes, inexequíveis, inválidas, nulas ou insuficientes, bem como se as Garantias Reais forem canceladas e/ou rescindidas e/ou se ocorrer quaisquer eventos que afetem de forma material as Garantias Reais ou o cumprimento das disposições contidas nesta Escritura de Emissão, nos Contratos de Garantia e de seus eventuais aditamentos, exceto se tais garantias forem substituídas ou complementadas nos termos dos respectivos Contratos de Garantia; v) questionamento judicial, por qualquer terceiro, desta

Escritura de Emissão, exceto quando se tratar: (i) de bens inservíveis ou obsoletos; (ii) de bens que sejam substituídos por novos de identidade finalidade; (iii) de prestação de garantia real em virtude de determinação legal, para garantia do juízo em caso de ações judiciais e/ou processos administrativos, em que a Emissora figure no polo passivo; e/ou (iv) de propriedade fiduciária constituída em garantia a financiamentos para aquisição de equipamentos junto aos próprios fornecedores ou aos respectivos financiadores; h) expropriação, confisco ou qualquer outra medida expropriatória de qualquer entidade governamental brasileira que resulte na capacidade da Emissora de gerir seus negócios ou que resulte na perda da propriedade ou posse direta de seus bens ou ativos; i) se proferida decisão judicial final ou sentença arbitral irrecorível, não passíveis de recurso com efeito suspensivo, ou cujo recurso com efeito suspensivo não tenha sido interposto no prazo legal, que imponha arresto, sequestro ou penhora de bens da Emissora que (i) resulte na incapacidade da Emissora de gerir seus negócios ou (ii) que afete de forma adversa a capacidade de pagamento, pela Emissora, de suas obrigações relativas à presente Escritura de Emissão; j) cisão, fusão ou, ainda, incorporação da Emissora, ou qualquer outra forma de reorganização societária, sem a prévia anuência dos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas, exceto as hipóteses de (i) cessão onerosa, em favor de Bandeirantes, Senpar Ltda., TORC, TCL e VFL Holding de Participações Imobiliárias Ltda. (CNPJ/ME 15.759.748/0001-40), de usufruto do direito de voto nas deliberações sociais da Emissora (usufruto político); k) a ocorrência de alteração na composição societária da Emissora que resulte na transferência a terceiros do seu controle acionário, sem prévia e expressa aprovação dos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas, restando desde já 35 autorizações (i) as hipóteses de transferência entre os acionistas controladores, diretos e indiretos, da Emissora ou entre Companhias do grupo econômico de cada acionista controlador, bem como (ii) a transferência de até 6% (seis por cento) das ações atualmente emitidas pela Elo4 Administração e Participações S.A. para a Companhia VFL Holding de Participações Imobiliárias Ltda. CNPJ/ME 15.759.748/0001-40. Entende o conceito decorrente do artigo 116 da Lei das Companhias por Ações. i) celebração de mútuos pela Emissora, na qualidade de mutuante, a partir da Data de Emissão, sem o consentimento prévio dos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas; m) constituição, pela Emissora, de qualquer novo financiamento ou empréstimo com instituição fiduciária, bem como endividamento decorrente da emissão de valores mobiliários, exceto financiamentos ou empréstimos cujo montante seja, de forma individual ou agregada, igual ou inferior a 5% (cinco por cento) da receita bruta de pedágio anual da Emissora (verificada por meio de suas demonstrações contábeis auditadas do exercício anterior), excluída a dívida decorrente desta Emissão; n) não cumprimento pela Emissora e/ou pelas Interventientes Acionistas das normas aplicáveis que versam sobre atos de corrupção e atos lesivos contra a administração pública, na forma das Leis Anticorrupção (conforme definido abaixo); o) perda definitiva, extinção, ou término antecipado da concessão objeto do Contrato de Concessão, por qualquer motivo, inclusive por encampação, caducidade ou anulação; p) inadimplemento, pela Emissora e/ou pelas Interventientes Acionistas, de qualquer obrigação não pecuniária prevista na presente Escritura de Emissão e/ou nos Contratos de Garantia, não sanada no prazo de 15 (quinze) dias contados da data do inadimplemento, sendo que o prazo previsto neste inciso não se aplica às obrigações para as quais tenha sido estipulado prazo de cura específico; q) se a Emissora (i) sofrer quaisquer protestos de títulos cujo valor individual ou agregado seja superior a (i) R\$ 8.000.000,00 (oito milhões de reais) até 31 de dezembro de 2025, ou (ii) R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais) após 31 de dezembro de 2025, valores estes a serem devidamente corrigidos pelo IPCA desde a Data de Emissão até o respectivo protesto, e que não sejam sanados, declarados ilegítimos ou comprovados como tendo sido indevidamente efetuados, no prazo de 10 (dez) Dias Úteis contados da data em que a Emissora tiver ciência da respectiva ocorrência, ou (ii) for negatived em quaisquer cadastros dos órgãos de proteção ao crédito, como SPC e SERASA, Cadastro de Emitentes de Cheques sem Fundo - CCF ou Sistema de Informações de Crédito do Banco Central; r) proferimento de decisão judicial, administrativa ou arbitral, irrecorível de natureza condenatória, contra a Emissora, que inviabilize a Concessão; s) cessação, interrupção, abandono e/ou paralisação, de forma total ou parcial, da Concessão ou de qualquer atividade necessário à implementação ou operação da Concessão, por prazo igual ou superior a 30 (trinta) dias corridos e, se parcial, desde que afete de forma adversa a capacidade de pagamento, pela Emissora, de suas obrigações relativas à presente Escritura de Emissão; t) comprovada, inconsistência, incorreção material, insuficiência material ou descumprimento de quaisquer das informações, declarações ou garantias prestadas pela Emissora e/ou pelas Interventientes Acionistas nesta Escritura de Emissão ou nos Contratos de Garantia, e que afete de forma adversa e significativa a capacidade de pagamento, pela Emissora, de suas obrigações relativas à presente Escritura de Emissão, ou comprovada inveracidade de quaisquer das informações, declarações ou garantias prestadas pela Emissora e/ou pelas Interventientes Acionistas nesta Escritura de Emissão ou nos Contratos de Garantia; u) se as Garantias Reais se tornarem comprovadamente totais ou parcialmente ineficazes, inexequíveis, inválidas, nulas ou insuficientes, bem como se as Garantias Reais forem canceladas e/ou rescindidas e/ou se ocorrer quaisquer eventos que afetem de forma material as Garantias Reais ou o cumprimento das disposições contidas nesta Escritura de Emissão, nos Contratos de Garantia e de seus eventuais aditamentos, exceto se tais garantias forem substituídas ou complementadas nos termos dos respectivos Contratos de Garantia; v) questionamento judicial, por qualquer terceiro, desta

o patamar mínimo de 1,30 (um inteiro e trinta centésimos). **METODOLOGIA PARA CÁLCULO DO ÍNDICE DE COBERTURA DO SERVIÇO DA DIVIDA:** O Índice de Cobertura do Serviço da Dívida é calculado a partir da divisão da Geração de Caixa da Atividade pelo Serviço da Dívida, com base em informações registradas nas Demonstrações Contábeis, em determinado período de verificação, a saber: A) Geração de caixa da atividade: (+) EBITDA; (-) Imposto de Renda; (-) Contribuição Social; (-) CAPEX; B) Serviço da Dívida: (+) Amortização de Principal; (+) Pagamento de Juros. **C) ÍNDICE DE COBERTURA DO SERVIÇO DA DIVIDA = (A) / (B):** O EBITDA corresponde ao somatório dos Itens abaixo discriminados: (+) Lucro Líquido\*; (+) Despesa (receita) financeira líquida; (+) Provisão para o imposto de renda e contribuições sociais; (+) Provisão de Manutenção; (+) Depreciações e amortizações; (+) Outras despesas (receitas) líquidas não operacionais. D) Valor de Complemento = (1,30 C x B), se aplicável nos termos da Cláusula 5.1.2(bb) (iii): \* O Lucro Líquido deve desconsiderar qualquer resultado de receitas e custos de construção do IFRS. 5.2 A ocorrência de qualquer dos eventos acima descritos deverá ser prontamente comunicada ao Agente Fiduciário, pela Emissora nos termos desta Escritura de Emissão e/ou dos respectivos Contratos de Garantia, em até 2 (dois) Dias Úteis da verificação de sua ocorrência. O descumprimento deste dever pela Emissora não impedirá o Agente Fiduciário e/ou os Debenturistas de, a seu critério, exercer seus poderes, facultades e pretensões previstos nesta Escritura de Emissão e nos demais documentos da Emissão, inclusive o de declarar o vencimento antecipado das Debêntures. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia atende todas as cláusulas contratuais da escritura. **18. Obrigações com infraestrutura a realizar:** A Concessionária possui a obrigação contratual de atender as condições de conservação da rodovia estabelecidas pelo Programa de Exploração da Rodovia (PER). Para essas manutenções previstas, a administração optou por reconhecer um passivo contingente decorrente do desgaste da vida útil dos custos aplicados na conservação da infraestrutura da rodovia. A provisão destes passivos está calculada com base nos fluxos de caixa previstos para fazer frente a cada item a serem recuperados e terão os desembolsos previstos a partir de 2025 e estão contabilizados a valor presente com uma taxa de 8,30% a.a., a qual representa o custo médio de capital da Companhia. A Companhia contabiliza o Contrato de Concessão conforme a Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão e conforme a Orientação Técnica ICPC 05 – Contratos de Concessão, que especificam as condições a serem atendidas em conjunto para que as concessões públicas estejam inseridas em seu alcance. **Provisão para manutenção em rodovias:** Em 31 de dezembro de 2021 o saldo das obrigações ajustados a valor presente é de R\$ 114 determinado da seguir:

	24/01/2020	Adições	31/12/2020	Adições	31/12/2021
Obrigações com infraestrutura a realizar	-	-	-	157	157
AVP - provisão para manutenção	-	-	-	(43)	(43)
Total	-	-	-	114	114

O Investimento programado em manutenções inclui recapamentos e sinalização de rodovias a cada cinco anos, cujos valores provisionados foram calculados com base no método do fluxo de caixa descontado considerando as datas em que se estima que haja saída de recursos para fazer frente às respectivas obrigações conforme cronograma a seguir:

**Cronograma esperado de saídas**

Ano de execução	31/12/2021
2025	114

**Indicação de incertezas:** Os valores são estimados com base em dados técnicos pela melhor estimativa de utilização, e são revisados periodicamente, no mínimo uma vez ao ano para eventual adequação dos números provisionados, minimizando dessa forma as incertezas sobre a sua realização. **Principais premissas adotadas:** A revisão periódica dos valores da provisão de manutenção é para garantir que os recursos atendam às intervenções na rodovia, estabelecidas no contrato de concessão.

**19. Patrimônio líquido - Capital social:** Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, o capital social da Companhia é de R\$ 146.010 totalmente integralizado, e está representado por 146.010 ações Ordinárias.

**Ações em 31/12/2021**

	Subscritas	Integralizadas	Partic. %
Acionista Elo4 Administração e Participações S.A.	116.808.000	116.808.000	80%
GLP O Participações S.A.	29.202.000	29.202.000	20%
Total	146.010.000	146.010.000	100%

**20. Receita operacional líquida R\$ milhões**

	31/12/2021	31/12/2020	Var. %
Receitas de pedágio	73.776	1	100%
Receitas com construção e infraestrutura	146.616	60.837	141%
Outras receitas	55	2	2650%
(-) Abatimentos sobre a receita de pedágio	(14)	-	100%
(-) ISS	(3.689)	-	100%
(-) PIS	(479)	-	100%
(-) Cofins	(2.213)	-	100%
Total	214.052	60.839	252%

(a) O início das operações nas praças de pedágio, que se iniciou em abril de 2021, dará origem as receitas operacionais da Companhia; e (b) De acordo com ICPC 01, a Companhia contabilizou nos períodos finais em 31 de dezembro de 2021 e 2020 os valores de R\$ 146.616 e R\$ 60.837, respectivamente, referente à receita de construção de infraestrutura, tendo os custos com o mesmo valor, não gerando margem de lucro.

**21. Custos dos serviços prestados e despesas gerais e administrativas**

	2021	2020	Var. %
Custos dos serviços prestados	7.744	791	879%
Pessoal	6.611	813	713%
Serviços de terceiros	764	554	38%
Seguros e garantias	1.502	1.127	33%
Custos contratuais da concessão	627	469	34%
Verba da polícia rodoviária federal	1.961	408	381%
Materiais/equipamentos/veículos	114	-	-
Provisão para manutenção	1.906	-	-
Depreciação/amortização	146.616	60.837	141%
Custos com construção e infraestrutura	287	22	1205%
Outros	168.132	65.021	159%
Total	2021	2020	
Despesas gerais e administrativas	1.777	985	
Pessoal	3.615	8.776	
Materiais/equipamentos/veículos	1.029	875	
Depreciação e amortização	16.182	241	
Outros	1.168	636	
Total	23.771	11.513	
22. Resultado financeiro	2021	2020	
Rendimento de aplicações financeiras	7.570	867	
Juros ativos	243	6	
Descontos obtidos	202	19	
Receita financeira – AVP	8.314	-	
Outras receitas financeiras	49	-	
Total das receitas financeiras	16.378	892	
PIS/Cofins sobre receitas financeiras	(375)	(42)	
Despesas financeiras	(717)	(2.511)	
Juros sobre debêntures	(19.439)	-	
Custos de transação	(1.597)	-	
Atualização outorga fixa	(1.456)	-	
Despesas financeira – AVP	(8.323)	-	
Juros sobre empréstimos	(711)	-	
Total das despesas financeiras	(32.818)	(2.553)	
Resultado financeiro líquido	(16.240)	(1.661)	

**23. Resultado por ação:** Em atendimento ao CPC 41/IAS 33 (aprovado pela deliberação CVM nº 636 – “Resultado por ação”), a Companhia apresenta a seguir as informações sobre o resultado por ação para o período encerrado em 31 de dezembro de 2021 e 2020. As tabelas a seguir reconciliam o lucro líquido e a média ponderada do valor por ação, utilizados para o cálculo do lucro básico e do lucro diluído por ação:

	2021	2020
Básico	3.961	(11.455)
Resultado do exercício	146.010	146.010
Número de ações durante o período (milhares)	0,03	(0,08)
Lucro / (Prejuízo) por ação – básico		
Diluído	3.961	(11.455)
Resultado do período utilizado na apuração do prejuízo por ação		
Quantidade média ponderada de ações Ordinárias utilizadas na apuração do prejuízo por ações (milhares)	146.010	146.010
Lucro / (Prejuízo) por ação – diluído	0,03	(0,08)

Não há diferença entre o lucro básico e o lucro diluído por ação por não ter havido durante os exercícios finais em 31 de dezembro de 2021 e 2020 instrumentos patrimoniais com efeitos diluídos. A quantidade média ponderada de ações ordinárias, usadas no cálculo do lucro por ação diluído, concilia com a quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas na apuração do lucro básico por ação, não existindo mais quantidades como opções aos empregados e/ou outras opções a serem conciliadas.

**24. Instrumentos financeiros:** De acordo com a sua natureza, os instrumentos financeiros podem envolver riscos conhecidos ou não, sendo importante a avaliação potencial dos riscos. Os principais fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia estão apresentados a seguir. **Gestão de risco de capital:** A administração da Companhia gerencia seus recursos, a fim de assegurar a continuidade dos negócios e maximizar os recursos para aplicação em novos investimentos, além de prover retorno aos acionistas. A estrutura de capital da Companhia consiste em caixa e equivalentes de caixa e patrimônio líquido, compreendendo o capital social e os lucros acumulados. Periodicamente, a administração revisa a estrutura de capital e sua habilidade em liquidar os seus passivos, bem como monitora tempestivamente o prazo médio de fornecedores em relação ao prazo médio de giro dos ativos circulantes, tomando as ações necessárias quando a relação entre esses saldos apresentar ativo maior que o passivo. Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são de salvaguarda da capacidade e continuidade das operações, oferecendo retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir custo e maximizar os recursos para aplicação em novos investimentos e investimentos nos negócios existentes. **Valor justo dos instrumentos financeiros contabilizados ao custo amortizado:** Os instrumentos financeiros mantidos pela Companhia são registrados ao custo amortizado e aproximam-se de seu valor justo, como segue: Fornecedores: possuem prazo médio de 30 dias; Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas: estão substancialmente indexados ao CDI. Uma vez que a natureza, a característica e as condições contratadas estão refletidas nos saldos contábeis, os saldos elegíveis são ajustados a valor presente quando aplicável. A Companhia não mantém instrumentos financeiros derivativos ou outros instrumentos de riscos semelhantes. Diferenças poderiam ocorrer se tais valores fossem liquidados antecipadamente:

			31/12/2021	
		Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado	Passivo financeiro mensurados ao custo amortizado	
	Valor justo através do resultado			
<b>Ativos</b>	<b>Nota</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	6	159.887	-	-
Operações a receber	7	-	5.666	-
Outros créditos	-	-	2.363	-
<b>Passivos</b>				
Seguros a pagar	-	-	-	(1)
Debêntures	17	-	-	(319.023)
Fornecedores	12	-	-	(20.077)
Obrigações com o poder concedente	-	-	-	(10.876)
Outras contas a pagar	-	-	-	(2.354)
<b>Total</b>		<b>159.887</b>	<b>8.029</b>	<b>(352.331)</b>

**Hierarquia de valor justo:** A Companhia possui os saldos abaixo de instrumentos financeiros a custo amortizado através do resultado, os quais estão qualificados a seguir:

**Nível 2**

	Nota	30/09/2021	31/12/2020
<b>Ativos</b>			
Aplicações financeiras	6	159.887	47.639
<b>Passivos</b>			
Debêntures	17	(319.023)	-
CCB	16	-	(92.158)

Os diferentes níveis foram definidos a seguir: Nível 1: preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos; Nível 2: inputs, diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e Nível 3: premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). **Riscos de mercado - Exposição a riscos cambiais:** Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia não apresentava saldo relevante de ativo ou passivo denominado em moeda estrangeira. **Exposição a riscos de taxas de juros:** A Companhia está exposta a riscos normais de mercado, relacionados às variações das taxas de juros das aplicações financeiras que são vinculadas ao CDI e à taxa Selic. Em 31 de dezembro de 2021, a administração efetuou análise de sensibilidade considerando aumentos de 25% e de 50% e uma redução de 25% nas variações das taxas de juros das aplicações financeiras vinculadas ao CDI.

**Análise de sensibilidade**

	31/12/2021			
	Cenário I (Provável)	Cenário II (+25%)	Cenário III (-25%)	Cenário IV (+50%)
CDI	11,75%	14,69%	8,81%	17,63%
Receitas de aplicações financeiras	16.773	20.966	12.580	25.160
I.P.C.A	5,09%	6,36%	3,82%	7,64%
Debêntures	(23.629)	(24.552)	(22.707)	(25.475)
Juros a Incurrir (*)	(23.629)	(24.552)	(22.707)	(25.475)
Juros a Incurrir líquido das receitas de aplicações financeiras	(6.856)	(3.586)	(10.127)	(315)

Fonte Relatório Focus – Bacen; (\*) Refere-se ao cenário de juros a incorrer para os próximos 12 meses ou até a data do vencimento do contrato, o que for menor. **Exposição a riscos de créditos:** Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia não apresentava riscos de créditos. **Informações por segmentos de negócios:** A operação da Companhia consiste na exploração de concessão pública de rodovias, sendo este o único segmento de negócio e maneira em que as decisões e recursos são feitos. A área de concessão da Companhia é dentro do território brasileiro, as receitas são provenientes de cobrança de tarifa de pedágio dos usuários das rodovias e, portanto, nenhum cliente individualmente contribui de forma significativa para as receitas da Companhia.

**25. Cobertura de seguros:** A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos aos riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade de acordo com a avaliação da administração. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações contábeis intermediárias, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes. As coberturas de seguros, conforme apólices de seguros da Companhia, são compostas por:

Modalidade	Vigência	Cobertura
Seguro garantia - contrato de concessão	Março/2021 a março/2022	42.959
Riscos operacionais	Março/2021 a março/2022	39.772
D&O	Março/2021 a março/2022	5.000
Responsabilidade civil	Março/2021 a março/2022	15.000
Risco de engenharia	Dezembro/2021 a dezembro/2022	13.680

**26. Benefícios aos empregados:** A Companhia mantém os seguintes benefícios de curto prazo aos empregados e administradores: assistência médica, seguro de vida, vale-refeição e vale-alimentação. Não é política da Companhia conceder benefícios pós-emprego, outros benefícios de longo prazo, bem como remuneração baseada em ações. Nas rescisões de contrato de trabalho considera-se a legislação trabalhista em vigor.

**27. Risco regulatório:** A Companhia desconhece quaisquer eventos de iniciativa do governo estadual que possam afetar a continuidade da exploração da rodovia. Em relação a um possível ato político que implique no rompimento da relação contratual, consideramos de probabilidade remota.

Diretoria		Conselho de Administração		Contador	
Paulo Nunes Lopes Diretor Presidente		Rosaldo Malucelli Presidente do Conselho de Administração		Antonio Marques dos Santos CRC 1SP - 141955-03	
Giovanni Mott Galvão de Arruda Filho Diretor Administrativo e Financeiro					

**Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis**

as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e

emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulga-

ções feitas pela administração; • Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia; • Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional; e • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto, 02 de fevereiro de 2022  
**Grant Thornton Auditoria e Consultoria Ltda.**  
CRC 2SP-034.766/O-0  
**Marcelo Castro Valentini** - CT CRC 1SP-239.472/O-2